

AULA INAUGURAL DOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL NO ANO DE 2014

O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO E AS PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO DA MB

Carlos Augusto de Sousa*

INTRODUÇÃO

Bom dia a todos.

É uma honra para mim e motivo de grata satisfação proferir esta Aula Inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares de 2014, na Escola de Guerra Naval.

Este momento se reveste de especial valor, uma vez que no próximo dia 25 de fevereiro esta Escola irá comemorar os 100 anos de sua criação. Neste centenário, marco histórico para nossa Marinha e para a sociedade brasileira, inicia-se também o Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos, uma iniciativa pioneira no Brasil, que reunirá civis e militares, brasileiros e estrangeiros, em torno dos pensamentos e desafios decorrentes da crescente importância do Atlântico Sul e da valorização dos imensos potenciais existentes nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, conformadas principalmente pelos limites de uma extensa Amazônia Azul.

Ao longo de várias décadas, a Escola de Guerra Naval vem desenvolvendo inúmeras atividades acadêmicas, contribuindo em alto grau para o aperfeiçoamento e para a evolução intelectual de Oficiais que exercerão cargos de comando, chefia, direção e assessoramento nos mais altos escalões da Marinha. Trata-se de feito que merece reverências especiais.

Aqui, as Senhoras e os Senhores têm plena oportunidade de pensar, desenvolver e debater questões políticas, estratégicas e operacionais relacionadas principalmente aos Poderes Marítimo e Naval. Certamente deixarão e terão muitas saudades ao se despedirem desta Casa. Fruto do desenvolvimento criterioso de um processo ensino-aprendizagem de valia,

* Almirante-de-Esquadra Carlos Augusto de Sousa, Chefe do Estado-Maior da Armada.

tenho a convicção de que para o porvir continuarão ainda mais a prestar suas contribuições, de modo relevante, para a transformação e o constante aprimoramento de nossa Instituição e de suas organizações de origem, pela firme e inquebrantável vontade de bem servir à Marinha e a cada uma das nações aqui representadas.

Para a Marinha do Brasil é uma honra poder contar neste ano de celebração especial com a participação nos diversos cursos de representantes das Marinhas Amigas de Angola, Argentina, Bolívia, Estados Unidos da América, França, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, e de companheiros do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira. Suas presenças propiciarão rara e distinta oportunidade para o intercâmbio de conhecimentos, fortalecimento dos laços de amizade e do respeito mútuo entre nossos países e instituições. Em especial, aos Oficiais-Alunos do C-PEM, do C-EMOS e do C-Sup apresento as boas vindas e votos de bons estudos e trabalhos. Registro, também, meus agradecimentos aos Senhores Almirantes, Oficiais Superiores, membros do distinto corpo docente desta Escola, enfim, a todos que com suas presenças dão prestígio a esta aula inaugural.

Senhoras e senhores, é incontestável a crescente inserção internacional do Brasil e o decorrente peso específico em importantes processos decisórios, tanto no plano regional, quanto na ambiência global, no contexto da governança de um mundo em transformação, que aceleradamente vem cambiando de rumos, fluindo no sentido de surgimento de novos polos de poder. Em evidência, tem-se constatado um crescimento da multipolaridade que demanda, para ter consistência, um multilateralismo que transmita confiabilidade político-jurídica e seja o devido suporte da integridade do sistema internacional. Compondo esse imbricado e complexo sistema, no que tange à nossa área de interesse, abrangência e atuação aumentam as expectativas quanto às inerentes responsabilidades brasileiras, principalmente no tocante ao desenvolvimento de uma maior cooperação e de promoção da integração regional.

O nosso País tem uma extensa fronteira terrestre com dez países e interesses compartilhados em diversos campos, dentre eles o político, o econômico, o social, o da defesa e o da segurança. Sobressai sob sua responsabilidade no ambiente marítimo uma formidável Amazônia Azul, com cerca de 4,5 milhões de km², e uma imensa faixa litorânea com mais de 8.500 km de extensão. Possui uma economia das maiores do mundo, que tem ocasionado a ampliação dos espaços de atuação do Brasil em diversas vertentes. Novas perspectivas e novos horizontes se descortinam. Uma projeção externa em expansão. Sob este prisma de amplo espectro das relações internacionais, convido-os a enfocar e partilhar uma breve visão sobre o tema escolhido: **“O Entorno Estratégico Brasileiro e as Perspectivas de Cooperação da Marinha”**, pois considero-o de importância para reflexão

por parte dos Oficiais dos Cursos de Altos Estudos Militares.

Para apresentá-lo, observarei o seguinte roteiro:

- O Entorno Estratégico Brasileiro
- A Política Externa Brasileira e a Política Nacional de Defesa
- A ampliação do relacionamento internacional da Marinha do Brasil
- Perspectivas de integração e de cooperação da Marinha do Brasil no Entorno Estratégico
- Considerações Finais

O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Ao discorrermos sobre o conceito de entorno estratégico, antes façamos referência ao contexto histórico e espacial que condiciona sua construção.

No contexto histórico, como bem descrito no Livro Branco de Defesa Nacional, recentemente publicado em sua primeira versão, desde o fim da Guerra Fria tem ocorrido uma expressiva reestruturação das relações de poder, caracterizando o sistema internacional contemporâneo. Observa-se que a ordem bipolar cedeu espaço a uma ordem multipolar, onde potências tradicionais e emergentes coexistem de maneira distinta à da Guerra Fria. Por outro lado, o próprio exercício do poder em âmbito interno, conquanto necessário sob a égide de boa governança nos governos locais em suas diversas esferas de atuação, tem-se modificado, não sendo em plenitude de fácil execução.

Ao mesmo tempo, a globalização permeia toda essa nova estruturação. Esse fenômeno, na sua concepção contemporânea, desde meados da segunda metade do século passado vem tornando o mundo cada vez “menor”, aproximando os indivíduos, as instituições, os Estados, e aumentando suas interações. Por definição, diz-se que é um processo de crescente interconectividade entre sociedades, de tal forma que eventos em uma parte do mundo geram sensíveis impactos nos povos e sociedades próximas e distantes. E aqui eu abro um parenteses para colocar os pensamentos de Moisés Naim, pois, a meu ver, as revoluções por ele caracterizadas no seu livro “O Fim do Poder” são consequências, também, dentre outros aspectos, da expansão da globalização. Diz ele, “vivemos três revoluções que afetam diretamente a consolidação do poder das instituições clássicas, como o Governo, quando micropoderes, que podemos exemplificar como insurgentes, hackers, ativistas sociais, massas sem líderes ou organização aparente, dentre outros, obtêm maior facilidade em se confrontarem com o sistema reinante. Inicialmente, a Revolução do Mais: em que a abundância em diversas áreas trouxe benefícios para a sociedade como um todo, fazendo com que a classe média, muito bem informada, se tornasse cada vez mais

impaciente frente à velocidade do Estado em concretizar mudanças e anseios. A Revolução da Mobilidade, por sua vez, é verificada na maior facilidade atual em se movimentar para regiões diversas; nunca se viu tantos imigrantes em países mais desenvolvidos, trazendo cultura, capacitação e recursos, mas usufruindo de um grande poder de influenciar sua nova morada. Por fim, a Revolução da Mentalidade, que pode ser muito associada aos jovens: irreverentes, ávidos por mudanças, desafiadores, bem informados e conectados, são os protagonistas das principais reivindicações atuais”. Como decorrência de tudo isso, se apresentam a todo tempo novos conflitos, riscos e oportunidades nas mais diversas esferas da governabilidade.

No contexto espacial, observa-se uma busca por dar respostas a essa nova estrutura, moldando-as, mais das vezes, sob matizes do multilateralismo, que sob os efeitos da globalização têm conduzido ao crescente surgimento de blocos regionais. Um dos exemplos mais emblemáticos é o da União Europeia, cujos primórdios da sua criação datam do final da década de 1950, pelo Tratado de Roma, de uma Comunidade Econômica Europeia e o estabelecimento gradual de um Mercado Comum Europeu. Desde então, muitos blocos de integração regional vêm surgindo, uns com maior efetividade, outros de menor abrangência, porém não menos efetivos no cumprimento de seus objetivos. Cabe nomear alguns, creio de pleno conhecimento da audiência: a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), voltada ao crescimento econômico e estabilidade regional; o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que objetiva criar uma atmosfera de livre comércio, com custo reduzido de troca de mercadorias entre os membros; a Aliança do Pacífico, recentemente constituída, de comércio livre e integração econômica; e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), organização intergovernamental composta por doze Estados da América do Sul, que conjuga as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações.

Para além da questão espacial, tem relevância na contextualização da regionalização o interesse em se configurar a região em magnitude e amplitude tais, que tenha condições para atuar como um ator político global, com fôlego para balancear o jogo de forças no cenário internacional multipolar do pós-Guerra Fria.

Assim, tem-se a perspectiva de que o processo de integração regional tenda a potencializar o poder de negociação internacional dos países que compõem a região. Mais ainda, a tentativa de construção de uma identidade comum, consequente da integração regional, visa criar uma estabilidade intrarregional que possibilite o fortalecimento da confiança mútua e a decorrente prosperidade dos seus membros, nos mais diversos campos das relações.

É sob esse diapasão, promovendo uma “multipolaridade cooperativa”, que a política externa brasileira vem atuando, em consonância com os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil.

Dentre eles, têm realce: a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos.

Estes princípios compõem o alicerce, a base de uma acendrada postura brasileira, onde são enfocados não somente os interesses nacionais, mas, também, sua combinação com o diálogo e o fortalecimento da cooperação. A prevalência da cooperação entre os Estados, mormente com os países da América do Sul, constitui-se em força motriz conducente ao desenvolvimento econômico e ao progresso social. Intenta-se a construção progressiva de um ambiente de confiança, favorecendo o atingimento de dois dos Objetivos Nacionais de Defesa, quais sejam: contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacional; e contribuir para a estabilidade regional, em especial no entorno estratégico.

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. O entorno estratégico brasileiro extrapola a região sul-americana. Inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica, além da região do mar do Caribe, pela sua proximidade relativa.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Nesse contexto, uma questão fundamental a ser considerada prende-se ao relacionamento da política externa com a política nacional de defesa, tendo em conta principalmente as sensíveis transformações no cenário estratégico mundial, as tendências globais e a inserção internacional do Brasil. Anualmente, o governo brasileiro apresenta na Assembléia Geral da ONU os temas considerados de especial relevância para o nosso País. Para o propósito do nosso trabalho de avaliação do nosso entorno, nas últimas décadas têm-se destacado, dentre outros: a cooperação e a integração regional; o incremento da presença brasileira na África, Ásia, Caribe e Leste Europeu; e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a propiciar uma governança mundial harmônica, representativa e equilibrada.

O destaque atribuído por nossa política externa à integração regional, à cooperação e ao incremento da presença brasileira no entorno estratégico, demanda de nossa Política Nacional de Defesa atenção e ações efetivas. Por meio dela, há que se alinhar os vetores para a redução da possibilidade de conflitos, valendo-se dos meios necessários ao fortalecimento de organizações regionais e de fóruns de concertação política.

A integração regional e o incremento da cooperação são fatores de estabilidade e de prosperidade da América do Sul. Cooperando com os vizinhos, as nossas próprias incertezas serão reduzidas. Pensando e agindo dessa forma, toda a região buscará condições democráticas para fazer frente a eventuais conjunturas de instabilidade e recorrerá a soluções pacíficas para

situações de conflito, evitando-se ficar a reboque de interesses de terceiros que poderão explorar divergências em benefício próprio.

Em um amplo espectro, consoante os ditames político-estratégicos, o Brasil tem presença e voz atuante nos seguintes fóruns, entre tantos outros: junto aos países do MERCOSUL; na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), no âmbito dos países amazônicos; com os países da África, da América Central e do Caribe, incluindo a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), facilitada pelos laços étnicos e culturais; com a África do Sul e a Índia, constituindo o IBAS, que aproxima três democracias multiétnicas e multiculturais, com visões e desafios semelhantes; na cúpula América do Sul-África (ASA); e no fórum do (BRICS), entre outros.

Detendo-me um pouco sobre a UNASUL, torna-se importante assinalar que este fórum teve início com a aproximação entre o Brasil e a Argentina, na década de 1980. Mais recentemente, além da dimensão econômico-comercial, a integração sul-americana estendeu-se não só para a área social e de infraestrutura, mas, também, para as áreas de política e de defesa. E em 2008, considerando-se a necessidade de a UNASUL contar com um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa, por iniciativa brasileira foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), com objetivos bem determinados, conforme sublinhados em seu estatuto. O CDS tem se constituído como um dos Conselhos mais importantes, efetivos e dinâmicos, contribuindo sobremodo para a ampliação da confiança e do desenvolvimento de ações no âmbito da UNASUL. Com efeito, o seu Plano de Ação, aprovado a cada ano, composto de uma série de iniciativas conjuntas entre os países da região, tem-se mostrado de real valia. Destaco algumas dessas relevantes iniciativas, ora em curso:

- a produção de um veículo aéreo não tripulado, a partir de requisitos comuns definidos pelos países participantes. Encontra-se em pleno desenvolvimento, também, o avião de treinamento militar UNASUR-1;

- instituição de um fórum com o intuito de estabelecer mecanismos e normas especiais para compras e desenvolvimento de produtos de defesa e sistemas militares na região, com o objetivo de fortalecer a indústria sul-americana de defesa;

- estabelecimento de um sistema sul-americano de gestão e monitoramento das chamadas “áreas especiais”, a exemplo de reservas indígenas e de unidades de proteção ambiental. O expertise brasileiro adquirido pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) é fundamental para o empreendimento. Este sistema prestará importante auxílio no mapeamento de áreas isoladas por meio do sensoriamento remoto em zonas geográficas como os Andes, o Chaco e a Amazônia, com real benefício para os países envolvidos;

- o bem sucedido Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL), realizado na Escola Superior de Guerra, que tem como objetivo contribuir para a construção de um pensamento regional de defesa;

- o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS (CEED), com sede em Buenos Aires, que contribui para a articulação de um pensamento estratégico regional e harmonização das políticas de defesa na América do Sul. O CEED deverá conformar instância de produção de estudos estratégicos para fins de assessoramento do CDS em assuntos de defesa e de segurança regional e internacional, ou seja, uma espécie de *think tank* interno do Conselho; e

- a criação da Escola Sul-Americana de Defesa, que se pretende montar sem que haja uma sede fixa e, sim, aproveitando iniciativas já existentes, como o CEED, o CAD-SUL e outras futuras iniciativas que vierem a ocorrer.

Como afirmou o Ministro da Defesa Celso Amorim, “o Conselho evoluiu em seus objetivos de dirimir desconfianças, criar entendimentos e facilitar o diálogo entre seus integrantes”.

A AMPLIAÇÃO DO RELACIONAMENTO INTERNACIONAL DA MARINHA DO BRASIL

Dos objetivos e orientações nacionais de Defesa, vale assinalar os que contribuem para nortear o relacionamento e a atuação internacional das Forças Armadas, como forma de prevenção de conflitos: a estabilidade regional; a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e o desenvolvimento de laços de cooperação e parcerias estratégicas com países e blocos tradicionalmente aliados, que possibilitem o intercâmbio e o compartilhamento de informações em diversos campos.

Em se tratando de buscar soluções comuns para os desafios marítimos globais, diversas são as iniciativas em curso, e muitas dependem da ampliação do relacionamento internacional entre as Marinhas, dentre elas: o empenho dos Estados em ajustar as suas legislações internas, de modo a abranger posicionamentos jurídicos consagrados e em evolução no âmbito do direito marítimo internacional; o intercâmbio de informações pela integração e interoperabilidade de sistemas de controle de tráfego marítimo; o trabalho coordenado em nível de interações; e o aperfeiçoamento no tocante a comando, controle e comunicações.

Nesse sentido, a Marinha do Brasil estabeleceu como objetivos voltados para o aumento de seu relacionamento e atuação internacional, dentre outros: a ampliação da sua presença na Região Amazônica e nas áreas estratégicas do Atlântico Sul; o incremento da cooperação e da realização de operações combinadas com as Marinhas Amigas; a participação de Força Naval, sob a égide de organismos multilaterais, em missões de paz e em ações de ajuda humanitária; a ampliação do intercâmbio científico e tecnológico de interesse naval; e a participação na execução do Programa

Antártico Brasileiro e na Política Nacional para os Assuntos Antárticos, contribuindo ativamente nos processos de decisão do destino daquela região.

Os países banhados pelo Atlântico Sul buscam manter este oceano como uma área de paz, de cooperação e de prosperidade. Dão ênfase à manutenção de um intercâmbio cada vez mais amplo e concreto, visando à obtenção de elementos que propiciem um desenvolvimento sustentável abrangente e comum. Essas considerações remetem a um foco específico: o da dimensão ou identidade sul-atlântica, que alerta para os imperativos de afastamento da militarização indevida dessa região e que aproxima da realidade premente de unir as vocações para a obtenção de uma abrangente consciência situacional marítima, pautada no dever individual e coletivo de proteção do meio ambiente marinho, gestão dos seus recursos e redução dos flagelos causados por ilícitos e atividades criminosas nele passíveis de ocorrência, como a pirataria, o contrabando de drogas e o tráfico de pessoas pelo mar, por exemplo. Essas ocorrências têm afetado sobremaneira o transporte marítimo internacional, responsável por movimentar a quase totalidade do comércio mundial, tendo em vista causarem ameaça à vida e à segurança marítima.

Assim, de modo a contribuir para a obtenção de uma apurada consciência situacional marítima, a Marinha busca ampliar o seu relacionamento internacional, participando de fóruns, dentre outros: da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um fórum onde os estados-membros compartilham laços étnicos, históricos, culturais e, sobretudo, linguísticos comuns. Fundada sobre o princípio da solidariedade, destacam-se três objetivos gerais: a concertação político-diplomática, para reforço da presença no cenário internacional; a cooperação; e a promoção e difusão da língua portuguesa.

No âmbito dessa Comunidade, no campo da defesa, buscou-se uma efetiva cooperação a partir de 1998, quando passaram a ser conduzidas reuniões para dinamizar o intercâmbio militar e aproximar as Forças. Em 2010, foi aprovada a Estratégia da CPLP para os Oceanos, versando sobre: o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos; iniciativas para a elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP; e a dinamização da cooperação para o desenvolvimento de projetos de extensão de plataformas continentais.

A ZOPACAS, criada em 1986, pela ONU, atendeu à iniciativa brasileira para a promoção da cooperação político-diplomática, econômica, comercial, científica e para a manutenção da paz na região. Consiste na única estrutura que reúne todos os 24 estados banhados pelo Atlântico Sul e se constitui em um importante espaço para a discussão de estratégias de desenvolvimento e de diversificados intercâmbios.

Ao mesmo tempo em que reitera o compromisso de “não proliferação de

armas de destruição em massa”, a ZOPACAS busca: ampliar as iniciativas para o uso da energia nuclear para propósitos pacíficos; a proteção do meio ambiente marinho; e o combate ao tráfico de drogas e de armas. Em 2013, em um esforço para revitalizar a ZOPACAS, ocorreu em Montevideú a VII Reunião Ministerial, sendo aprovado um Plano de Ação para o mapeamento e exploração dos fundos marinhos, para a preservação ambiental e para a segurança do transporte marítimo. E neste mesmo ano foi realizado o I Seminário ZOPACAS – Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo, Busca e Salvamento, em Salvador, em que todos os países integrantes da ZOPACAS se fizeram representar.

Sob o aspecto da segurança marítima, a Marinha do Brasil visualiza a importância do estabelecimento de uma rede global de compartilhamento de informações, em complemento às redes regionais e nacionais. Por intermédio do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), a Marinha tem se engajado nas iniciativas internacionais voltadas para a troca de informações marítimas.

Atualmente, o Centro Regional de Tráfego Marítimo da Área Marítima do Atlântico Sul, desenvolvido para o intercâmbio de informações entre as Marinhas da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, constitui-se em uma dessas iniciativas, que se soma às ações para a adesão de países da costa oeste africana ao Centro de Dados *Regional Long-Range Identification and Tracking Ships (LRIT) Brasil-Uruguai*.

Em 2010, no 8º Simpósio Regional de Poder Naval dos Países do Mediterrâneo e do Mar Negro, realizado em Veneza, a Marinha assinou o acordo operacional definitivo do *Trans-Regional Maritime Network (T-RMN)*. Em 2012, no 9º Simpósio, foi formalizada a adesão da Marinha da África do Sul e a intenção em participar das Marinhas da Argentina e da Índia, em adição aos Sistemas de Informações Marítimas da Itália, Brasil e Singapura.

Assim, como esforço concreto para o incremento da consciência situacional marítima, a Marinha do Brasil também está empenhada em obter avanços na interoperabilidade entre o SISTRAM e o Maritime Safety and Security Information System (MSSIS), dos EUA, e incentiva a implantação do VRMTC-América. (*Virtual – Regional Maritime Traffic Centre*).

Na prática, o conhecimento do que ocorre no entorno estratégico brasileiro potencializará o emprego do Poder Naval, sob a ótica de suas tarefas básicas. Para isso, pretende-se dar seguimento à implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), de forma progressiva, o que permitirá uma substancial ampliação do monitoramento e controle das Águas Jurisdicionais Brasileiras, desde o tempo de paz, e proporcionará os seguintes benefícios: incremento da segurança marítima no Atlântico Sul, com ênfase na defesa da Amazônia Azul; e maior eficiência nas operações SAR do Brasil e nas operações de Patrulha Naval, propiciando relevante contribuição às operações interagências, nacionais e internacionais.

A Marinha do Brasil também está presente: nas representações permanentes junto à ONU, em Nova Iorque; na Conferência do Desarmamento, em Genebra; na Organização Marítima Internacional (IMO); e na Junta Interamericana de Defesa (JID).

Na atuação sob a égide de organismos multilaterais, a Marinha tem desempenhado responsabilidades crescentes em missões de paz. Cita-se, como exemplo, a Operação de Paz no Haiti (MINUSTAH), onde integra o contingente brasileiro com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais. Até recentemente, também esteve presente no comando da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS), sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Desde 2011, um Contra-Almirante brasileiro exerce o Comando da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Criada em 1978, pelo Conselho de Segurança da ONU, esta missão tem o propósito de contribuir para manter a paz na região. A Fragata Liberal é atualmente o navio capitânia da FTM, composta por navios da Alemanha, Bangladesh, Grécia, Indonésia e Turquia. Essa é a primeira missão de paz, de caráter naval, criada pela ONU.

Destaca-se, ainda, a participação da Marinha na Joint Interagency Task Force - South, que visa a integrar inteligência, intercambiar informações e correlacionar dados, de modo a contribuir para o monitoramento, a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de drogas, fortalecendo a interoperabilidade entre os participantes, dentre eles, a Argentina, Colômbia, EUA, França, México e Reino Unido.

PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO E DE COOPERAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NO ENTORNO ESTRATÉGICO

Para maximizar as possibilidades de integração e de cooperação, tem-se buscado ampliar a interoperabilidade com as Marinhas Amigas. A interoperabilidade começa no nível político-estratégico e segue-se no nível estratégico-operacional, onde as Marinhas vêm desenvolvendo normas e sistemas conexos, e os possíveis óbices relacionados com as questões afetas a comando, controle, comunicações e tecnologia tendem a ser superados.

Uma das recentes iniciativas de interoperabilidade foi a instituição do Manual de Ajuda Humanitária para uma Força Tarefa Naval Multinacional Interamericana, cujo propósito é estabelecer processos para a participação ativa, oportuna e coordenada de Forças Navais Interamericanas, em resposta a desastres naturais, ou gerados pelo homem.

Recentemente, aqui nesta Escola, concluiu-se a IV Conferência Naval Interamericana Especializada em Interoperabilidade, com a participação de diversas Marinhas e de representantes da Junta Interamericana de Defesa e da Rede Naval Interamericana de Comunicações.

Dentre as recomendações sublinhadas nesta IV CNI, destacam-se: a necessidade de análise da Convenção Interamericana para facilitar a Assistência em Caso de Desastres; o imperativo de implementar um Sistema Interamericano de Comunicações Navais; e a avaliação de um sistema de tráfego marítimo comum para os países-membros do Plano para a Coordenação da Defesa do Tráfego Marítimo Interamericano, a ser avaliado na próxima Conferência Naval Interamericana Especializada em Controle do Tráfego Marítimo.

Ainda para atingir o mesmo propósito de ampliação e aperfeiçoamento da interoperabilidade, vem sendo cumprido um extenso programa de exercícios e operações, sejam eles singulares ou conjuntos com as demais Forças Armadas brasileiras; e combinados, com as demais Marinhas e Forças Armadas de outros países.

Citam-se, como exemplos: ATLASUR (com a participação da África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai), FELINO (integrada pelos países da CPLP), IBSAMAR (entre a Índia, Brasil e África do Sul); PANAMAX e UNITAS (operações multinacionais tradicionais realizadas nos oceanos Pacífico e/ou Atlântico); BOGATUN (Chile e Brasil); BRAPER (Peru e Brasil); FRATERNAL (Argentina e Brasil); BRACOLPER (Brasil, Colômbia e Peru); e VENBRAS (Venezuela e Brasil).

Em apoio ao desenvolvimento da consciência situacional marítima dos países africanos, no âmbito da cooperação com os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, a Marinha, dentre outras participações, estará presente nos exercícios multinacionais bianuais com as Marinhas da África do Sul, de Angola e da Namíbia. Para 2015, está planejado o exercício ATLANTIC TIDINGS, de caráter ribeirinho e marítimo, na costa ocidental da África, que incluirá exercícios combinados de controle de área marítima, ações antipirataria e treinamento contra as novas ameaças.

Nesse mesmo sentido, os Navios-Patrolha Oceânicos Amazonas, Apa e Araguari, recentemente adquiridos pela Marinha do Brasil, em seu trânsito para o Brasil tiveram oportunidade de aportar em diversos países da costa oeste africana e cumprir um valioso programa de treinamento voltado para a prevenção e combate aos delitos realizados no mar. Como notícia, no escopo de estar presente efetivamente no continente africano serão abertas as seguintes novas Adidâncias: Cabo Verde, Etiópia e Senegal.

No que diz respeito ao relacionamento internacional, as Reuniões de Estados-Maiores vêm se ampliando, passando de sete, em 2007, para vinte e três países, em 2013. Atualmente, as Reuniões Bilaterais de Inteligência são realizadas com cinco países. As Reuniões envolvendo especificamente a MB passaram de duas, em 2007, para treze, em 2013. Nessas Reuniões, além de serem abordadas as principais questões entre as Marinhas, são firmados planos de cooperação, onde são programadas visitas de alto nível, representações, cursos, embarques e intercâmbios, a serem realizados nos dois anos subsequentes. Têm se mostrado como excelente instrumento de

aproximação e cooperação.

Um outro ponto importante a destacar prende-se à consolidação da base industrial de defesa dos países da região, a partir de medidas de fomento da confiança e segurança, com o intuito de modernização de suas forças armadas. Assim, ao se falar sobre a integração das indústrias de defesa o nosso País tem buscado, de forma prioritária, a correção de assimetrias, procurando construir uma integração em que todos tenham a contribuir e a ganhar, na medida de suas possibilidades. O intento de dar preferência à aquisição de produtos de defesa sul-americanos, combinado com mecanismos de descentralização e projetos de fabricação conjunta, pode estimular a conformação de uma base industrial de defesa sul-americana, tornando a região mais autônoma nesse campo. Como vimos, isto tem sido de interesse no âmbito do CDS.

Quanto à revitalização de nossas Forças Singulares, pretende-se dar seguimento aos projetos estratégicos de grande envergadura, valendo-se do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), a fim de consolidar os ditames da Estratégia Nacional de Defesa. Os Senhores certamente terão oportunidade de discuti-los em profundidade. O fato é que por meio desses grandes programas de construção de meios de defesa, o Brasil se posicionará, em futuro não muito longínquo, em um novo patamar, compatível com sua crescente inserção no cenário internacional. Deve-se, contudo, ressaltar os objetivos defensivos e dissuasórios a eles associados, relacionados à proteção do território nacional e dos seus incomensuráveis recursos naturais, em terra e no mar. Consoante tais propósitos, a integração e a cooperação com os países vizinhos tornam-se válidos instrumentos para a reafirmação dos fins pacíficos.

Nesta parte, desejo apresentar algumas considerações sobre a intensificação do relacionamento com a África. Ela tem evoluído fruto da implementação de vários Acordos de Cooperação de Defesa.

Pelo Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia, a Marinha exerceu papel fundamental na criação da Marinha Namibiana e continua com efetiva participação no desenvolvimento e aprimoramento daquela Marinha. Desde 1999, foram formados cerca de 1.190 Oficiais e Praças. Atualmente, 119 militares namibianos estão em processo de formação no Brasil.

Um resultado prático no que tange ao interesse em adquirir meios navais fabricados no Brasil, foi a decisão da Namíbia em construir no Estaleiro INACE - Fortaleza (CE), sob o gerenciamento da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), o Navio-Patrolha Brendan Simbwaye de 200 t e as Lanchas-Patrolha Möwe Bay e Terrace Bay. A EMGEPRON também foi contratada para realizar o delineamento e supervisão da execução do programa de levantamento da plataforma continental namibiana.

Em OUT2011, foi homologado o contrato junto a EMGEPRON para execução do levantamento da plataforma continental de Angola. O contrato

prevê, ainda, que técnicos angolanos participem de cursos de pós-graduação em universidades brasileiras.

Em ABR2013, o Ministro da Defesa do Senegal e o Ministro Celso Amorim assinaram a Declaração de Intenções para aquisição, por aquele país, de dois Navios Patrulha, um da Classe Macaé, de 500 ton, e um da Classe Grajaú, de 200 ton.

Em JUN2013, a pedido do Conselho de Segurança da ONU, reuniu-se em Yaundé a Cúpula Tripartite de Chefes de Estado e de Governo, formada pela Comunidade Econômica dos Estados da África Central e Ocidental (CEDEAO) e pela Comissão do Golfo da Guiné, para debater a crescente preocupação com o quadro de insegurança marítima no Golfo da Guiné. Buscou-se, claramente, despertar a atenção dos países observadores (Alemanha, Bélgica, Brasil, China, EUA, Mauritânia e Reino Unido) e dos parceiros quanto à necessidade de melhorar a estabilidade regional e conduzir ações efetivas para proteção das atividades marítimas, bem como, obtenção de apoio financeiro e técnico para desencadear as ações subsequentes.

Em AGO2013, a Missão Naval do Brasil em Cabo Verde iniciou os seus trabalhos. Primeiramente, esta cooperação será focada em ações de formação de militares para a Guarda Costeira. Cabo Verde solicitou, também, o apoio brasileiro no levantamento de sua plataforma continental. Tais contribuições, dentre outras, levaram aquele País a eleger o Brasil como significativo parceiro no âmbito da defesa.

A intensificação da cooperação tem resultado em uma presença crescente da indústria de defesa brasileira na África. Com base no Acordo sobre Cooperação Técnica firmado entre os Governos do Brasil e da África do Sul, a Marinha avalia a possibilidade de desenvolvimento de tecnologias que possam ser empregadas em mísseis superfície-ar de médio alcance, semelhantes às utilizadas no míssil sul-africano UMKHONTO-IR.

A aproximação com os países africanos reflete na segurança marítima do Atlântico Sul. Em variados fóruns tem-se discutido a atual questão de segurança marítima no Golfo de Aden e no Golfo da Guiné. A prevenção e repressão aos delitos cometidos no mar, como a pirataria marítima, o roubo armado de navios, o tráfico de drogas e de pessoas e os crimes ambientais, requerem uma abordagem gradual e coletiva, com a obtenção de uma acurada consciência situacional marítima. Ela deve iniciar-se pela incorporação e capacitação dos países em sistemas de controle de tráfego marítimo e sua integração a sistemas regionais e globais, voltados para a vigilância e o monitoramento; pelo desenvolvimento de instrumentos jurídicos que possibilitem a atuação das Marinhas; e pela disponibilidade de meios para que possam agir, com especial ênfase em adequados preparo e emprego.

A esse respeito, importante deliberação foi concretizada pela criação do Centro Interregional de Coordenação da Luta Contra a Pirataria no

Golfo da Guiné, com sede em Douala – República dos Camarões, visando à tempestiva troca de informações entre os países envolvidos, de forma a facilitar o processo de tomada de decisão e as ações combinadas e conjuntas em patrulhas marítimas.

Em síntese, podemos resumir as inúmeras ações desenvolvidas pela Marinha em apoio aos países africanos da costa ocidental nos seguintes termos: esforço no fortalecimento de suas Marinhas e Guardas Costeiras, a fim de estarem aptos a promover sua própria defesa e segurança marítima; formação de oficiais e praças africanos em escolas militares brasileiras, pela realização de inúmeros cursos e intercâmbios; fornecimento de produtos de defesa; e, recentemente, o atendimento à solicitação da União Africana (UA) para que um representante da MB contribua na formulação da Estratégia Marítima Integrada da África 2050.

Projetando-se um pouco para o futuro, prevê-se uma participação mais intensa e freqüente da contribuição brasileira em parcerias estratégicas, no apoio técnico-financeiro e no aperfeiçoamento de Marinhas e Guardas Costeiras dos países da África Ocidental. Além de estarem no nosso entorno estratégico, há firme engajamento político brasileiro com o continente africano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Senhoras e Senhores, as minhas considerações finais serão de realce a aspectos específicos relacionados ao mar. No início destas minhas palavras discorri sobre a participação da nação brasileira em termos regional e global, o nosso entorno estratégico e considerações sobre fóruns e organizações de interesse.

No entanto, há que se ter presente que para essa audiência, e para nós todos, o mar deve ser fator de nossas preocupações maiores. O Atlântico Sul é o nosso foco. Há que bem conhecê-lo e guardá-lo em toda sua grandeza, mantendo-o seguro e em paz. E para a concretização da almejada segurança marítima, os países vêm enfrentando questões complexas e abrangentes. Decorrente do impacto da globalização, o conceito de segurança se expandiu de elementos fundamentalmente militares para integrar as dimensões da segurança política, econômica, da sociedade e ambiental.

Essas dimensões estão intimamente interconectadas e as respostas à adequada segurança podem resultar em uma série de efeitos. Sob uma vertente temporal, ou seja, o que um país realiza agora, em resposta a uma ameaça imediata e previsível, pode ter repercussões no que tange à sua habilidade em responder a desafios futuros, muitas vezes imprevisíveis.

Nos dias de hoje, uma notável percepção é a necessidade de consolidação de parcerias em diversos níveis para fazer frente a tais questões, no âmbito da segurança marítima, da ajuda humanitária, e na resposta a desastres

naturais ou decorrentes da atividade humana.

Dar concretude às parcerias, porém, exige a realização de etapas práticas, que devem iniciar pelo esforço em fazer com que alguns países obtenham e outros aprimorem uma apurada consciência situacional marítima. Esse é o ponto de partida para que as Marinhas justifiquem suas concepções estratégicas e compartilhem, no que for possível, capacitações com as demais Marinhas, de modo a possibilitar a necessária interoperabilidade.

Para a participação em um arranjo de defesa multinacional torna-se fundamental a interação entre as forças participantes, de modo a complementar procedimentos singulares e evitar interferências mútuas. Em um nível político-estratégico, será imprescindível ajustar regras de comportamento claras, o que requer amplo debate tendo em vista a necessidade de se levar em consideração culturas, tradições e legislações de cada país e, claro, as características próprias de preparo e emprego de suas Marinhas.

No plano estratégico-operacional, as diferenças tecnológicas se tornam fatores condicionantes e, nesse caso, é necessária a difusão de elementos de interface e códigos que propiciem um ágil enlace de dados e informações seguras e oportunas, sem as quais se reduzem os benéficos efeitos de sinergia que advêm das coalizões.

Atualmente, as Marinhas vêm conduzindo suas revisões estratégicas sobre como devem reagir aos instigantes desafios contemporâneos. Em muitos casos, em se tratando de poder naval, considerações sobre o equilíbrio a ser atingido entre um número menor de plataformas de alta qualidade, ou um repositório maior de meios de baixa qualidade, tendem a condicionar sensivelmente as participações em coalizão e consequente grau de comprometimento com a questão da segurança marítima.

As Marinhas estão sendo alçadas a um papel cada vez mais relevante em seus próprios países e no cenário mundial, de modo a liderarem a definição de novos instrumentos jurídicos e executarem os procedimentos operacionais para uma apropriada proteção de suas águas jurisdicionais, com a necessária contribuição em seus arcos estratégicos.

Há que se considerar a possibilidade de se estabelecer uma rede global de compartilhamento de informações, em complemento às regionais e nacionais. Nos dias atuais, paulatinamente está se tornando uma realidade, pela integração de complexos sistemas de controle de tráfego marítimo. Fatos ocorridos nos mares demandam, em geral, soluções intrincadas. Torna-se imperiosa a união de esforços. É desejável que as Marinhas mais desenvolvidas tomem as iniciativas, promovam a colaboração, estimulem o diálogo e o intercâmbio de experiências e mantenham contatos permanentes, segundo uma perspectiva mundial construtiva. Para que essa concepção se desenvolva, no que se refere ao compartilhamento de informações sigilosas, há necessidade do estabelecimento de processos de construção de confiança

mútua, que permitirão a promulgação de acordos bilaterais específicos.

Para um mundo com maior segurança e em paz torna-se indispensável agir em consonância com a comunidade internacional e sob a guarda dos preceitos legais. Manter a ordem no mar deve ser preocupação de todos. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e as regulamentações aprovadas pelas organizações internacionais, tais como a Organização Marítima Internacional, constituem-se instrumentos promissores para esse propósito.

A Marinha do Brasil empenha-se com afincamento em responder de maneira coordenada, cooperativa e multilateral aos cenários que apontam para a necessidade de ampliação da estabilidade e segurança marítima global, com real ênfase no Atlântico Sul e de acordo com os nossos princípios constitucionais, conforme procurei descrever. Aliado a esses objetivos, intensificará a participação em operações internacionais, de acordo com as suas capacidades, sejam em manobras de crise, de paz ou de ajuda humanitária, de modo a atender aos compromissos assumidos, principalmente àqueles formulados sob a tutela de organismos internacionais.

Ao encerrar esta apresentação, a par dos meus agradecimentos pela oportunidade ímpar a mim proporcionada de estar aqui nesta decantada Escola de Altos Estudos, em um singular tempo da merecida comemoração centenária, apresento os meus melhores votos de um excelente ano para todos.

Que o Senhor dos Navegantes continue a guiar os destinos da EGN, de sua tripulação, aqui incluso todos os que aqui despendem os seus esforços para bem servir à Escola e à Marinha, e do seletivo grupo que adentra os seus pórticos, a cada ano, prontos e ávidos para se assentarem nos bancos escolares, absorverem e transmitirem conhecimentos, firmarem novas amizades e se verem, ao fim e ao cabo, engrandecidos pessoal e profissionalmente. Que assim se perpetue pelos próximos cem anos, para o bem da Marinha e do Brasil. Vivas à Escola de Guerra Naval. Que assim seja! Muito obrigado!